



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**

**INVENTÁRIO DO FUNDO CONSELHO
CONSULTIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
(BR-MGAPM-CCE)**

**Revisão e Atualização
Núcleo de Arquivos Permanentes
2023**

FICHA TÉCNICA

Governador do Estado de Minas Gerais

Romeu Zema

Secretária de Estado de Cultura e Turismo

Leônidas Oliveira

Secretária Adjunta de Estado de Cultura e Turismo

Milena Pedrosa

Subsecretário de Cultura

Igor Arci Gomes

Superintendente de Bibliotecas, Museus, Arquivo Público e Equipamentos Culturais

Célia Cristina Iglésias Ramos

Diretor do Arquivo Público Mineiro

Bruno Tripoloni Balista

Coordenadora de Acesso à Informação e Pesquisa

Flávia Alves Figueirêdo Souza

Coordenador de Arquivos Permanentes

Ygor Gabriel Alves de Souza

Coordenadora de Conservação de Documentos

Diane Lopes de Almeida

Coordenador de Gestão de Documentos

Pedro de Oliveira Mafía

Equipe Técnica

Márcia Pereira Alkmin

Denis Soares da Silva

Revisão

Ygor Gabriel Alves de Souza

Revisão

2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Arquivo Público Mineiro

M663i Minas Gerais (Estado). Secretaria de Estado de Cultura e Turismo. Arquivo Público Mineiro.

Inventário do Fundo Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais / Minas Gerais (Estado), Secretaria de Estado de Cultura e Turismo, Arquivo Público Mineiro. – Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 2023.
61f.; 29 cm.

1. Arquivo Público Mineiro – Inventários 2. Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais. 3. Fundos Públicos. I. Título. II. Série

CDD: 025.082

SUMÁRIO

DADOS DO PRODUTOR.....	4
DADOS DO ACERVO.....	5
DESCRIÇÃO DOCUMENTAL	6

DADOS DO PRODUTOR	
Denominação	Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais
Data de existência	1931-1937
Missão, funções e área de atividade	<p>Em agosto de 1931, pelo decreto nº 20348, foram instituídos os Conselhos Consultivos nos Estados, Distrito Federal e Municípios. Durante todo o período de sua existência o órgão possuía como funções: emitir opinião sobre os recursos referentes aos atos do interventor nos seus aspectos legais, jurídicos e na sua conveniência para o Estado; emitir parecer sobre as consultas do interventor ou do Governo Provisório; e sugerir medidas relativas à administração pública para as autoridades municipais, estaduais e federais. O Conselho Consultivo Estadual era composto por cinco ou mais membros, nomeados sob a proposta do interventor do Estado, por decreto do Chefe do Governo Provisório e referendado pelo Ministro de Estado da Justiça, Negócios e Interiores. Os seus membros deveriam ser cidadãos brasileiros, com boa reputação e domiciliados na Capital ou em localidade de fácil comunicação. O Conselho reunia-se sempre que o interventor, o prefeito ou seus membros julgassem necessário. Suas sessões eram públicas, salvo deliberação em contrário, e as resoluções eram tomadas por maioria absoluta de votos.</p> <p>No âmbito Municipal, de acordo com o decreto 9.847 de 2 de fevereiro de 1931, competia ao Prefeito a administração municipal com as funções não só do poder executivo como também do legislativo. As prefeituras eram superintendidas pela Secretaria do Interior. A Prefeitura de Belo Horizonte era diretamente superintendida pelo Presidente do Estado. Em cada prefeitura havia um Conselho composto de cinco membros. Competia ao Conselho sugerir ao prefeito a adoção de medidas de interesse público. A Lei Estadual nº 55 de 29/12/1935, dispõe sobre a primeira eleição de vereadores, juiz de paz, prefeitos e a instalação das Câmaras Municipais. Os Conselhos Consultivos Estaduais vigoraram até 1936.</p>
Legislação básica	<p>Legislação Federal</p> <p>Decreto 20.348, de 29 de agosto de 1931; Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.</p> <p>Legislação Estadual</p> <p>Decreto 9.847, de 02 de janeiro de 1931; Constituição do Estado de Minas Gerais de 1935; Lei 55, de 29 de dezembro de 1935; Lei 183, de 02 de dezembro de 1936.</p>

DADOS DO ACERVO	
Código	BR-MGAPM-CCE
Datas-Limite	1931-1937
Dimensão	2,22 metros de documentos textuais: 13 volumes e 8 caixas.
Instrumentos de Pesquisa	Inventário do Fundo Conselho Consultivo do Estado Anais do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais: 1932-1934 (impressos)
Conteúdo	O acervo é composto por atas de sessões do Conselho, portarias, registro de títulos de nomeação e matrícula dos membros dos Conselhos Consultivos Municipais, correspondências referentes a parecer do Conselho sobre orçamento do Estado, vencimento, gratificação e efetivação de cargos dos servidores públicos, venda de terras devolutas, planos rodoviários e doações de prédios e terrenos entre outros.
Arranjo	Os documentos estão organizados em ordem cronológica.
Outros fundos a serem consultados	Secretaria do Interior – SI Câmara dos Deputados - CD

DOCUMENTAÇÃO ENCADERNADA

FUNDO CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
DESCRIÇÃO DOCUMENTAL		
DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	NOTAÇÃO
1932 (1º sem.)	Atas das sessões ordinárias do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais	CCE-01
1932 (2º sem.)	Atas das sessões ordinárias do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais	CCE-02
1932 - 1933	Registro de títulos de nomeação dos membros dos Conselhos Consultivos Municipais	CCE-03
1932 - 1934	Matrícula dos membros dos Conselhos Consultivos Municipais (contém índice dos municípios)	CCE-04
1932 - 1935	Transcrição de portarias expedidas pela secretaria do Conselho Consultivo referente à posse de funcionários e outros assuntos	CCE-05
1932 - 1935	Ofícios expedidos pela diretoria do Conselho Consultivo do Estado referente a diversos assuntos	CCE-06
1933 (1º sem.)	Atas das sessões ordinárias do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais	CCE-07
1933 (2º sem.)	Atas das sessões ordinárias do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais	CCE-08
1933 - 1935	Registro de títulos de nomeação dos membros dos Conselhos Consultivos Municipais (contém índice dos municípios)	CCE-09
1934 (1º sem.)	Atas das sessões ordinárias do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais	CCE-10
1934 (2º sem.)	Atas das sessões ordinárias do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais	CCE-11
1936	Registro de títulos de nomeações dos membros dos Conselhos Consultivos Municipais (contém índice dos municípios)	CCE-12
1932 - 1933	Livro de protocolo de documentos recebidos pelos Conselheiros.	CCE-13

DOCUMENTAÇÃO NÃO ENCADERNADA

FUNDO CONSELHO CONSULTIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
DESCRIÇÃO DOCUMENTAL		
DATAS-LIMITE	CONTEÚDO	NOTAÇÃO
1931-1933	Correspondências recebidas pelo Conselho Consultivo do Interventor e Secretarias do Estado de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte.	CCE - Cx. 01
1933-1934	Correspondências recebidas pelo Conselho Consultivo do Interventor e Secretarias do Estado de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte.	CCE - Cx. 02
1934	Correspondências recebidas pelo Conselho Consultivo do Interventor e Secretarias do Estado de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte.	CCE - Cx. 03
1934-1937	Correspondências recebidas pelo Conselho Consultivo do Interventor e Secretarias do Estado de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte. Inclui atas das sessões ordinárias e extraordinárias do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais – 1935.	CCE - Cx. 04
1932	Relatórios e correspondências recebidas pelo Conselho Consultivo do Interventor e Secretarias do Estado de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte.	CCE – Cx. 05
1933	Relatórios e correspondências recebidas pelo Conselho Consultivo do Interventor e Secretarias do Estado de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte.	CCE – Cx. 06
1934	Relatórios e correspondências recebidas pelo Conselho Consultivo do Interventor e Secretarias do Estado de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte.	CCE – Cx. 07
1934-1935	Relatórios e correspondências recebidas pelo Conselho Consultivo do Interventor e Secretarias do Estado de Minas Gerais e Prefeitura de Belo Horizonte. Correspondências de expediente do Conselho Consultivo: assuntos diversos. Inclui parte do relatório sobre o pedido de verba de Felício Roxo para a construção de um hospital.	CCE – Cx. 08